

FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO FLEXÍVEL – BPI IMPACTO CLIMA AGRESSIVO

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025



Signatory of:



BPI

GESTÃO DE ATIVOS

Grupo  CaixaBank

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
2. BALANÇO E CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS DO FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO FLEXÍVEL – BPI IMPACTO CLIMA AGRESSIVO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	13
3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO FLEXÍVEL – BPI IMPACTO CLIMA AGRESSIVO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM DE JUNHO DE 2024	16
4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO FLEXÍVEL – BPI IMPACTO CLIMA AGRESSIVO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	18
5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025.....	20
6. RELATÓRIO DE AUDITORIA	34
7. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE	35

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO FLEXÍVEL – BPI IMPACTO CLIMA AGRESSIVO

Tipo de Fundo:	Fundo aberto flexível
Data de Início:	30 de maio de 2022
Objetivo:	Este fundo tem como objetivo investimentos sustentáveis na aceção do Artigo 9º do Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros. O OIC visa proporcionar aos seus participantes o acesso à valorização real do capital a longo prazo, através da gestão de uma carteira composta por ações e de empresas cuja atividade, na avaliação da Sociedade Gestora, possa contribuir direta ou indiretamente para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em particular, os relacionados com a ação climática.
Política de Distribuição de Rendimentos:	Fundo de capitalização
Banco Depositário:	Cecabank Sucursal em Portugal
Locais de Comercialização:	Banco BPI, S.A.
Canais Alternativos de Comercialização à Distância:	Internet – www.bpinet.pt ; BPI APP Telefone - BPI Direto (707 020 500)

Comentário da Gestão

O ano de 2025 foi bastante atribulado para os mercados financeiros, marcado por tensões geopolíticas persistentes, pela depreciação do dólar e por uma forte procura por ativos de refúgio. Apesar do impacto inicial das tarifas impostas pela administração Trump em abril, os principais mercados acionistas recuperaram e registaram novos máximos históricos tanto nos EUA como na Europa.

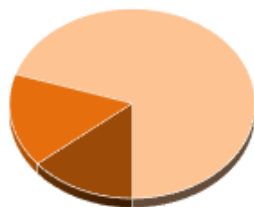
O S&P 500 valorizou 16,39% em dólares, marcando o terceiro ano consecutivo de ganhos de dois dígitos e com o setor tecnológico a ser o principal motor dos mercados acionistas, especialmente empresas ligadas à Inteligência Artificial, que lideraram grande parte dos ganhos do índice. No final do ano, contudo, surgiram narrativas cautelosas sobre uma possível bolha no setor, refletindo a mudança de um cenário de ganhos generalizados para um ambiente de maior dispersão de desempenhos entre empresas.

Medida em euros, a performance do S&P 500 reduz-se para apenas 2,6%, refletindo a apreciação de 13,44% do euro face ao dólar ao longo do ano - um contraste claro com a última década, marcada por um “US Exceptionalism” suportado por um dólar forte e por ganhos concentrados no mercado norte-americano. Em 2025, a dinâmica fora diferente: o crescimento começou a alargar-se globalmente, reforçando a importância da diversificação e da gestão da exposição cambial, num cenário de retornos mais equilibrados entre geografias.

Num contexto de elevada incerteza global, marcado pela continuação das tensões geopolíticas, as commodities assumiram um papel central. O enquadramento monetário mais acomodatório nos EUA, reforçado pelas pressões da administração Trump para uma redução das taxas de juro por parte da Reserva Federal, apoiou este movimento. Neste cenário, os metais preciosos destacaram-se de forma notável: a prata valorizou cerca de 148% e o ouro 65%, quando medidos em dólares norte-americanos. Na Europa, o processo de desinflação permitiu aos bancos centrais adotarem uma orientação monetária mais favorável ao crescimento, com a redução das taxas de juro de referência.

Em 2026, espera-se que o crescimento económico se torne mais equilibrado entre regiões, com a Europa a beneficiar do estímulo fiscal e a recuperação da atividade a acelerar, enquanto nos EUA a expansão tenda a alargar-se para além dos investimentos ligados à Inteligência Artificial. Esta convergência poderá continuar a pressionar o dólar, reforçando a relevância da diversificação fora dos EUA. Ao mesmo tempo, a rápida adoção tecnológica continuará a moldar os mercados, criando oportunidades, mas também maior dispersão de resultados e episódios de volatilidade. Os bancos centrais deverão manter uma postura cautelosa, refletindo a normalização gradual da inflação. Ficamos à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

Distribuição por classes de ativos do Fundo em 31.12.2025



■ Liquidez 14% ■ Obrigações 16% ■ Ações 70% ■ Outros Investimentos 0%

Principais Títulos em Carteira

Bpi Impacto Clima - Obrigações Clase M	14,50%
Mercedes-Benz Int Fince 3.5% 30.05.26	2,88%
Intesa Sanpaolo Spa 4% 19.05.26	1,93%
Austrian T-Bill 0% 26.03.26	1,86%
Asn Bank Nv 0.25% 22.06.26 Call	1,85%

O Fundo investe em diversos mercados, conforme a Política de Investimento que consta no prospeto. A execução ou transmissão de ordens ao mercado, resultantes das decisões de investimento, é realizada por uma equipa própria. De acordo com a sua Política de Execução nas Melhores Condições, a BPI Gestão de Ativos procura adotar as medidas necessárias e suficientes para obter o melhor resultado possível para o fundo e para os clientes, tendo em atenção o preço, os custos, a rapidez, a probabilidade de execução e liquidação, o volume, a natureza ou qualquer outro fator relevante para a execução/transmissão das ordens.

Condições de Investimento em 31.12.2025

Subscrição Inicial	25 euros	Prazo Liquidação Resgate	5 dias úteis
Entregas Adicionais	25 euros		
Comissões:			
Subscrição	0%	Gestão	1,60%
Resgate	0%	Depositário	0,09%

Remunerações

De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 115.º e DL 27/2023 (RGA), informamos que até 31 de dezembro de 2025, foram pagas as remunerações indicadas abaixo:

Remunerações fixas	Número de Colaboradores***	Montante
Total	62	2 926 082 €
Colaboradores Identificados		
Membros não executivos do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal	9	95 100 €
Membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração	3	424 520 €
Outros Colaboradores Identificados *	7	646 417 €
Colaboradores não Identificados		
Restantes colaboradores**	43	1 760 044 €

Remunerações variáveis	Número de Colaboradores***	Montante
Total	46	446 819 €
Colaboradores Identificados		
Membros não executivos do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal	-	-
Membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração**	5	43 607 €
Outros Colaboradores Identificados *	9	55 215 €
Colaboradores não Identificados		
Restantes colaboradores**	32	347 997 €

*Outros Colaboradores Identificados: Responsáveis pela assunção de riscos, entendendo-se como estando compreendidos neste âmbito os Colaboradores da BPI Gestão de Ativos que têm a seu cargo a tomada de decisões de assunção de riscos relacionados com a atividade de gestão de carteiras; Responsáveis pelas funções de monitorização de riscos bem como os responsáveis pelo acompanhamento das funções de Compliance e de Auditoria Interna e Os colaboradores que auferiram uma remuneração total que os integre no mesmo grupo de remuneração das categorias anteriores e cujas atividades profissionais tenham um impacto significativo no perfil de risco dos organismos de investimento coletivo sob gestão da BPI Gestão de Ativos.

Inclui ex-colaboradores do colectivo identificado que se desvincularam da Sociedade antes de 31 de dezembro de 2025.

** Inclui Administradores e colaboradores que se desvincularam da sociedade antes de 31 de dezembro de 2025.

*** A 31 de dezembro de 2025 a Sociedade Gestora tinha um total de 46 de colaboradores efetivos excluindo Membros não executivos do Conselho de Administração e membros do Conselho Fiscal.

Rentabilidade e Risco

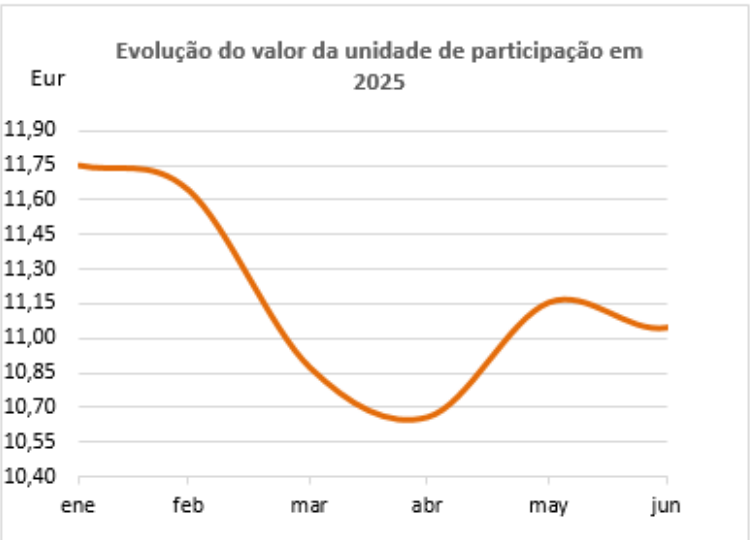
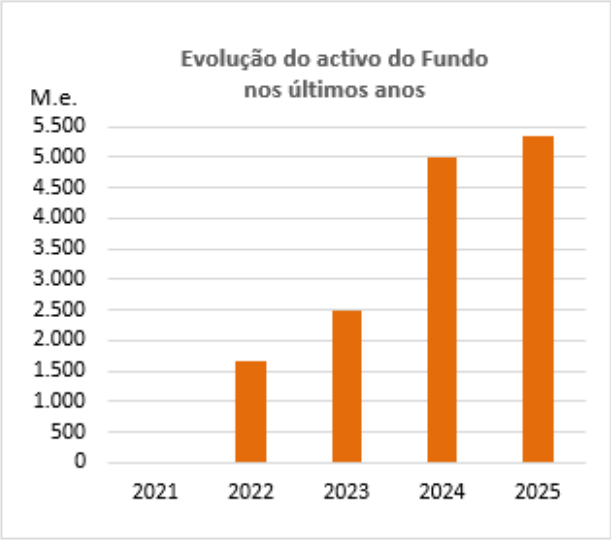
ANOS	RENDIBILIDADE	RISCO	CLASSE DE RISCO
2022	-	-	-
2023	9,86%	8,65%	4
2024	11,65%	7,90%	4
2025	0,44%	11,02%	5

Rentabilidades anualizadas a 31-12-2025

1 Ano	0,4%
3 Anos	7,2%
5 Anos	0,0%
Desde o início	4,0%

Movimentos de unidades de participação 2025

UP em circulação no início do período	436.282
UP emitidas em 2025	112.272
UP resgatadas em 2025	85.357
UP em circulação no final do período	463.197



Advertência: os dados que serviram de base no apuramento dos riscos e da rentabilidade histórica são factos passados e, como tal, poderão não se verificar no futuro. O valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).

Demonstração do Património do Fundo

(Valores em Euros)

	31/12/2025	31/12/2024
Valores Mobiliários	5 279 245	4 739 483
Saldos Bancários	59 983	269 104
Outros Ativos	14 058	10 395
Total Dos Ativos	5 353 285	5 018 982
Passivo	11 038	9 041
Valor Líquido de Inventário	5 342 248	5 009 941

Distribuição de títulos em carteira

(Valores em Euros)

Descrição dos Títulos	Preço de Aquisição	Valor da Carteira	Juros Corridos	SOMA	%
VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS					
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>	1 577 881	1 576 227	2 535	1 578 762	32%
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>	2 367 619	2 750 847	-	2 750 847	56%
UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO					
<i>OIC domiciliados em Portugal</i>	587 125	616 639	-	616 639	12%
TOTAL	4 532 625	4 943 713	2 535	4 946 248	

Movimentos de títulos no período

(Valores em Euros)

	Compras	Vendas
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>	2 184 873	13 211 583
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>	6 581	6 488
<i>Unidades de Participação</i>	56 202	18 738

Operações com derivados no período

(Valores em Euros)

	Compras	Vendas
Futuros	1 502 453	12 593 674

FUNDOS ARTIGO 9 SFDR

Investimento Sustentável e Responsável

O Fundo tem como objetivo investimentos sustentáveis na aceção do Artigo 9º do Regulamento (EU) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros. Mais informações relacionadas com aspetos de sustentabilidade do Fundo, com referência ao exercício de 2025, podem ser consultadas no Anexo de Sustentabilidade do presente relatório.

Durante o ano de 2025, o Fundo beneficiou dos desenvolvimentos ao nível do modelo de Integração de Riscos de Sustentabilidade da Sociedade Gestora, e a correspondente incorporação dos fatores ESG nos processos de análise de investimentos e tomada de decisão do Fundo.

Salientam-se: (1) a melhoria do Governance de Investimento Sustentável e Responsável (ISR) da Sociedade Gestora, através da atualização de Políticas e Procedimentos; (2) participação ativa em diálogos colaborativos como a Spring, a Advance e o Climate Action 100+; (3) a publicação da Declaração de Principais Impactos Negativos nas decisões de investimentos da Sociedade Gestora; (4) a melhoria de processos associados com o exercício do direito de voto; (5) o reforço da aposta na formação dos colaboradores, assegurando uma maior especialização nas várias áreas da BPI GA em temas ambientais, sociais, de governance e em sustentabilidade.

Pelo carácter global dos OICs que gere, a BPI Gestão de Ativos tem investimentos em dezenas de países, centenas de empresas, de quase todos os setores, pelo que é impossível estar presente nas Assembleias Gerais de Acionistas, exercendo os seus direitos de voto através de representação (proxy voting), recorrendo assim aos serviços de um consultor em matérias de voto. No ano de 2025, a BPI Gestão Ativos votou em 2.136 propostas em 146 Assembleias Gerais de empresas.

Os esforços de engagement da BPI Gestão de Ativos consistem na participação em diálogos de carácter construtivo com as empresas investidas. O objetivo dos engagements, é melhorar, no longo-prazo, o comportamento de empresas em relação a fatores ESG e consequentemente, melhorar a qualidade dos investimentos. No ano de 2025, a BPI Gestão de Ativos realizou 145 engagements individuais e coletivos com 105 empresas diferentes de 24 países.

Para mais informações sobre as atividades de envolvimento estão disponíveis para consulta o Plano de Envolvimento e o Relatório Anual de Envolvimento publicados no website da BPI Gestão de Ativos.

Risco e Compliance

O cumprimento dos limites de investimento, quer decorram de disposições legais ou dos documentos constitutivos do OIC, são verificados e confirmados com o cálculo do valor líquido global do fundo e da unidade de participação, pela equipa responsável pelo *Compliance* e com o suporte da aplicação informática onde os limites se encontram parametrizados. Se detetado um qualquer incumprimento, passivo ou ativo, este é comunicado à equipa responsável pela gestão para justificação obrigatória e eventual resolução imediata.

A BPI GA procura selecionar para a carteira do OIC ativos cuja liquidez não seja significativamente afetada por alterações nas condições de mercado. A liquidez dos ativos que compõem o OIC é monitorizada e os ativos classificados de acordo com o prazo previsto de liquidação. É reportado mensalmente à CMVM o perfil de liquidez do OIC de acordo com a classificação agregada dos ativos.

Regras de valorimetria

a) Valores mobiliários

- i) A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no Momento de Referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização. Encontrando-se negociados em mais do que um mercado, o valor a considerar na avaliação dos instrumentos financeiros reflete o preço praticado no mercado onde os mesmos são normalmente transacionados pela **Sociedade Gestora**.
- ii) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os títulos são considerados como não cotados para efeito de valorização e serão aplicados os seguintes critérios de valorização:

A valorização de ações não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base em valores de ofertas de compra firmes difundidas por um market maker da escolha da Sociedade Gestora disponibilizadas para o Momento de Referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo ou, na sua falta, com base em modelos teóricos, tais como o modelo dos cash-flows descontados, que sejam considerados adequados pela Sociedade Gestora para as características do ativo a valorizar. Excetua-se o caso de ações em processo de admissão à cotação em que se tomará por base a última cotação conhecida no momento de Referência das ações da mesma espécie, emitidas pela mesma entidade e admitidas à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

No caso de valores representativos de dívida e quando a Sociedade Gestora considere que, designadamente por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflita o seu presumível valor de realização ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão no Momento de Referência. Essa cotação será procurada, alternativamente nas seguintes fontes:

- 1) Em sistemas internacionais de informação de cotações como o Financial Times Interactive Data, o ISMA – International Securities Market Association, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela **Sociedade Gestora**;
- 2) Junto de *market makers* da escolha da **Sociedade Gestora**, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra; apenas são elegíveis para este efeito:
 - As ofertas de compra firmes de entidades que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão;
 - As médias que não incluam valores resultantes de ofertas das entidades referidas na alínea anterior ou cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.

- 3) Através de fórmulas de valorização baseadas em modelos teóricos de avaliação de obrigações, onde os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título são descontados a uma taxa de juro que reflita o risco associado a esse investimento específico, recorrendo-se ainda à comparação direta com títulos semelhantes para aferir da validade da valorização.

b) Instrumentos do mercado monetário

Tratando-se de instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade responsável pela gestão considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado, desde que:

- i) Os instrumentos do mercado monetário possuam um perfil de risco, incluindo riscos de crédito e de taxa de juro, reduzido;
- ii) A detenção dos instrumentos do mercado monetário até à maturidade seja provável ou, caso esta situação não se verifique, seja possível em qualquer momento que os mesmos sejam vendidos e liquidados pelo seu justo valor;
- iii) Se assegure que a discrepância entre o valor resultante do método do custo amortizado e o valor de mercado não é superior a 0,5%.

c) Instrumentos derivados

- i) Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á o último preço divulgado pelos respetivos Mercados no Momento de Referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo;
- ii) Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela **Sociedade Gestora** utilizar-se-á, alternativamente, uma das seguintes fontes:
 - 1) Os valores disponíveis no Momento de Referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo das ofertas de compra e venda difundidas por um *market-maker* da escolha da **Sociedade Gestora**;
Fórmulas de valorização que se baseiem nos modelos teóricos usualmente utilizados que, no entender da Sociedade Gestora sejam consideradas mais adequadas às características do instrumento a valorizar. Estes modelos traduzem-se no cálculo do valor atual das posições em carteira através da atualização dos cash-flows a receber no futuro, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.
 - 2) Fórmulas de valorização que se baseiem nos modelos teóricos usualmente utilizados que, no entender da Sociedade Gestora sejam consideradas mais adequadas às características do instrumento a valorizar. Estes modelos traduzem-se no cálculo do valor atual das posições em carteira através da atualização dos cash-flows a receber no futuro, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

Factos Relevantes Ocorridos no Período

Nada a relatar.

Eventos Subsequentes

Nada a relatar.

Lisboa, 18 de março de 2026

Carla Sofia Coelho Ribeiro Miranda

Alvaro João Martins da Silva Oliveira

2. BALANÇO E CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS DO FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO FLEXÍVEL – BPI IMPACTO CLIMA AGRESSIVO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(valores em Euro)

Data: 31.12.2025

ATIVO						PASSIVO			
						Períodos			
Código	Designação	31.12.2025			31.12.2024	Código	Designação	31.12.2025	31.12.2024
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido				
Outros Ativos									
32	Activos Fixos Tangíveis das SIM	-	-	-	-	61	Capital do OIC		
33	Activos Intangíveis das SIM	-	-	-	-	62	Unidades de Participação	4 631 968	4 362 822
	Total de Outros Ativos das SIM	-	-	-	-	64	Variações Patrimoniais	169 871	131 844
Carteira de Títulos									
21	Obrigações	675 956	1 075	(2 817)	674 214	65	Resultados Transitados	515 275	141 272
22	Ações	3 226 860	663 429	(160 228)	3 730 062	66	Resultados Distribuídos	-	-
23	Outros Títulos de Capital	-	-	-	-	67	Resultado Líquido do Exercício	25 133	374 003
24	Unidades de Participação	733 677	41 709	-	775 386		Dividendos Antecipados das SIM	-	-
25	Direitos	-	-	-	-		Total do Capital do OIC	5 342 248	5 009 941
26	Outros Instrumentos de Dívida	99 503	80	-	99 583				
	Total da Carteira de Títulos	4 735 996	706 293	(163 044)	5 279 245				
Outros Activos									
31	Outros Activos da Carteira	-	-	-	-	481	Provisões Acumuladas		
	Total de Outros Activos	-	-	-	-		Provisões para Encargos	-	-
Terceiros									
411 + ... + 419	Contas de Devedores	6 353	-	-	6 353		Total das Provisões Acumuladas	-	-
	Total dos Valores a Receber	6 353	-	-	6 353	421	Terceiros		
						422	Resgates a Pagar aos Participantes	798	102
Disponibilidades									
11	Caixa	-	-	-	-	423	Rendimentos a Pagar aos Participantes	-	-
12	Depósitos à Ordem	59 983	-	-	59 983	424 + ... + 429	Comissões a Pagar	9 169	8 044
13	Depósitos a Prazo e com pré-aviso	-	-	-	-	43+12	Outras Contas de Credores	115	287
14	Certificados de Depósito	-	-	-	-	44	Empréstimos Obtidos	-	-
18	Outros Meios Monetários	-	-	-	-	46	Pessoal	-	-
	Total Disponibilidades	59 983	-	-	59 983		Acionistas	-	-
							Total dos Valores a Pagar	10 082	8 434
Acréscimos e diferimentos									
51	Acréscimos de Proventos	7 705	-	-	7 705	55	Acréscimos e diferimentos		
52	Despesas com Custo Diferido	-	-	-	-	56	Acréscimos de Custos	955	607
58	Outros Acréscimos e Diferimentos	-	-	-	-	58	Receitas com Proveito Diferido	-	-
59	Contas Transitórias Activas	-	-	-	-	59	Outros Acréscimos e Diferimentos	-	-
	Total de Acréscimos e Diferimentos Activos	7 705	-	-	7 705		Contas Transitórias Passivas	-	-
							Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos	955	607
	TOTAL DO ATIVO	4 810 036	706 293	(163 044)	5 353 285				
Total do Número de Unidades de Participação em circulação							TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	5 353 285	5 018 982
							Valor Unitário da Unidade Participação	11,5334	11,4833

Redo joão Gomes

(valores em Euro)

Data: 31.12.2025

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
		Períodos				Períodos	
Código	Designação	31.12.2025	31.12.2024	Código	Designação	31.12.2025	31.12.2024
911	Operações Cambiais			911	Operações Cambiais		
912	A vista	-	-	912	A vista	-	-
913	A prazo (forwards cambiais)	-	-	913	A prazo (forwards cambiais)	-	-
914	Swaps cambiais	-	-	914	Swaps cambiais	-	-
915	Opções	-	-	915	Opções	-	-
	Futuros	-	-		Futuros	-	-
	Total	-	-		Total	-	-
921	Operações Sobre Taxas de Juro			921	Operações Sobre Taxas de Juro		
922	Contratos a prazo (FRA)	-	-	922	Contratos a prazo (FRA)	-	-
923	Swap de taxa de juro	-	-	923	Swap de taxa de juro	-	-
924	Contratos de garantia de taxa de juro	-	-	924	Contratos de garantia de taxa de juro	-	-
925	Opções	-	-	925	Opções	-	-
	Futuros	-	-		Futuros	-	-
	Total	-	-		Total	-	-
934	Operações sobre Cotações			934	Operações sobre Cotações		
935	Opções	-	-	935	Opções	-	-
	Futuros	62 730	-		Futuros	-	58 380
	Total	62 730	-		Total	-	58 380
942	Compromissos de Terceiros			941	Compromissos de Terceiros		
944	Operações a prazo (reporte de valores)	-	-	942	Operações a prazo (reporte de valores)	-	-
945	Valores cedidos em garantia	-	-	943	Valores cedidos em garantia	-	-
	Empréstimos de títulos	-	-		Empréstimos de títulos	-	-
	Total	-	-		Total	-	-
	TOTAL DOS DIREITOS	62 730	-		TOTAL DAS RESPONSABILIDADES	-	58 380
	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	-	58 380		CONTAS DE CONTRAPARTIDA	62 730	-

Redo João Gomes

3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO FLEXÍVEL – BPI IMPACTO CLIMA AGRESSIVO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM DE JUNHO DE 2024

Data: 31.12.2025

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS				
		Períodos				Períodos		
Código	Designação	31.12.2025	31.12.2024	Código	Designação	31.12.2025	31.12.2024	
711+714+717+718 712+713 719 722+723 724+...+728 729 731+738 732+733 739 7411+7421 7412+7422 7418+7428 751 77	Custos e Perdas Correntes			812+813 811+814+817+818 819 822+...+824+825 829 832+833 831+837+838 839 85 87 89 881 882 883 888 66	Proveitos e Ganhos Correntes			
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados			
	de Operações Correntes	6	101		da carteira de Títulos e Outros Activos	12 269	3 854	
	da carteira de Títulos e Outros Activos	-	-		Outros Operações Correntes	(257)	1 651	
	de Operações Extrapatrimoniais	-	-		De Operações Extrapatrimoniais	-	-	
	Comissões e Taxas				Rendimento de Títulos			
	De carteira de Títulos e Outros Activos	687	1 576		De carteira de Títulos e Outros Activos	53 480	35 611	
	Outras Operações Correntes	86 695	64 986		de Operações Extrapatrimoniais	-	-	
	De Operações Extrapatrimoniais	32	351		Ganhos em Operações Financeiras			
	Perdas em Operações Financeiras				Na Carteira de títulos e Outros Activos	2 954 459	4 980 833	
	outras Operações Correntes	-	-		Outras Operações Correntes	-	-	
	Na Carteira de títulos e Outros Activo	2 908 303	4 596 066		Em Operações Extrapatrimoniais	71 092	119 000	
	Em Operações Extrapatrimoniais	54 145	91 346		Reposição e Anulação de Provisões			
	Impostos							
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos				Provisões para encargos	-	-	
	Patrimoniais	8 023	4 311					
	Impostos Indirectos	5 636	4 532		Outros proveitos e Ganhos Correntes	206	59	
	Outros Impostos	-	-					
	Provisões do Exercício							
	Provisões para encargos	-	-		Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)	3 091 248	5 141 008	
Outros Custos e Perdas Correntes	3 287	2 855						
Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)	3 066 814	4 766 124	89	Outros proveitos e Ganhos das SIM	-	-		
				Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)	-	-		
79	Outros Custos e Perdas SIM	-		-				
	Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)	-		-	Proveitos e Ganhos Eventuais			
	Custos e Perdas Eventuais				Recuperação de Incobráveis	-	-	
781	Valores Incobráveis	-		-	Ganhos Extraordinários	-	-	
782	Perdas Extraordinárias	-		-	Ganhos imputáveis a Exercícios Anteriores	835	-	
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores	136		881	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	-	-	
788	Outros Custos e Perdas Eventuais	-		-				
					Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)	835	-	
	Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)	136		881				
63	Imposto sobre o Rendimento do Exercício	-		-	66	Resultado Líquido do Período (se < 0)	-	-
66	Resultado Líquido do Período (se > 0)	25 133		374 003				
	TOTAL	3 092 083		5 141 008		TOTAL	3 092 083	5 141 008
(8*2/3/4/5)-(7*2/3) 8*9-7*9 B-A	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	111 218		422 657	F-E	Resultados Eventuais	699	(881)
	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	16 915		27 303	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	38 793	382 846
	Resultados Correntes	24 434		374 884	B+D+F-A-C-E+7411/8+7421/8	Resultados Líquido do período	25 133	374 003

Pedro José Romo

4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO ABERTO FLEXÍVEL – BPI IMPACTO CLIMA AGRESSIVO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(valores em Euro)

Data: 31.12.2025

Discriminação dos Fluxos	31.12.2025	31.12.2024
Operações sobre as unidades do OIC		
Recebimentos	1 156 101	2 480 234
Subscrição de unidades de participação	1 156 101	2 480 234
Pagamentos	(848 232)	(356 837)
Resgates de unidades de participação	(848 232)	(356 837)
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	307 868	2 123 397
Operações da carteira de títulos e outros ativos		
Recebimentos	2 852 184	4 095 029
Vendas de títulos e outros ativos da carteira	2 368 999	2 613 886
Reembolsos de títulos e outros ativos da carteira	300 000	1 120 000
Rendimentos de títulos e outros ativos da carteira	44 607	30 448
Resgates de unidades de participação noutros OIC	125 826	325 000
Juros e proveitos similares	12 269	5 576
Outros recebimentos relacionados com a carteira	483	119
Pagamentos	(3 293 466)	(5 937 463)
Compras de títulos e outros ativos da carteira	(2 966 880)	(5 296 660)
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	(326 019)	(635 000)
Comissões de bolsa suportadas	(134)	-
Juros e custos similares	-	(4 288)
Comissões de corretagem	(140)	(437)
Outras comissões e taxas	-	-
Outros pagamentos com a carteira de títulos	(294)	(1 078)
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos	(441 283)	(1 842 434)
Operações a prazo e de divisas		
Recebimentos	1 575 054	4 029 974
Operações cambiais	739 434	1 619 352
Operações sobre cotações	42 585	108 203
Margem inicial em contratos de futuros e opções, recebida	793 025	2 302 282
Outras comissões recebidas em operações a prazo e de divisas	10	-
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	-	-
Outras comissões	-	137
Operações de taxa de juro	-	-
Pagamentos	(1 554 019)	(4 002 430)
Operações cambiais	(739 209)	(1 619 573)
Operações de taxa de juro	-	-
Margem inicial em contratos de futuros e opções, paga	(790 548)	(2 303 174)
Outras comissões pagas em operações a prazo e de divisas	(11)	-
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	-	-
Comissões em contratos de opções	-	(227)
Operações sobre cotações	(24 250)	(79 456)
Fluxo das operações a prazo e de divisas	21 035	27 544
Operações de gestão corrente		
Recebimentos	736	1 651
Juros de depósitos bancários	736	1 651
Pagamentos	(94 118)	(66 590)
Juros de disponibilidades e empréstimos	(8)	-
Comissão de gestão	(80 450)	(56 956)
Comissão de depósito	(4 557)	(3 204)
Impostos e taxas	(8 488)	(5 381)
Outros pagamentos com operações de gestão corrente	(616)	(949)
Juros devedores de depósitos bancários	-	(100)
Fluxo das operações de gestão corrente	(93 383)	(64 939)
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período	(205 762)	243 568
Efeitos das Diferenças de Cambio	(3 360)	(2 017)
Disponibilidades no Início do Período	269 104	27 553
Disponibilidades no Fim do Período	59 983	269 104

Redo João Gomes

5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

INTRODUÇÃO

A constituição do BPI Impacto Clima – Agressivo Fundo de Investimentos Aberto Flexível (OIC) foi autorizada por deliberação do Conselho Diretivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários de 2 de maio de 2022, tendo iniciado a sua atividade em 30 de maio de 2022.

É um fundo aberto flexível, constituído por tempo indeterminado, e tem como principal objetivo a realização de investimentos sustentáveis, em particular, a divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros.

O OIC é administrado, gerido e representado pela BPI Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo CECABANK, Sucursal em Portugal.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo. As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC está formalizado através de unidades de participação desmaterializadas, em regime de co-propriedade aberto aos participantes titulares de cada uma das unidades, com um valor inicial de subscrição de quatro Euros e noventa e nove cêntimos cada. O valor de subscrição e de resgate das unidades de participação é calculado com base no valor do capital do OIC por unidade de participação, no dia em que são subscritas ou é solicitado o seu resgate, respetivamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)							
Descrição	31.12.2024	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	31.12.2025
Valor base	4 362 822	1 122 721	(853 575)	-	-	-	4 631 968
Diferença p/valor Base	131 844	33 379	4 647	-	-	-	169 871
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	141 272	-	-	-	374 003	-	515 275
Resultados do período	374 003	-	-	-	(374 003)	25 133	25 133
Total	5 009 941	1 156 101	(848 927)	-	-	25 133	5 342 248
Nº de Unidades participação	436 282	112 272	(85 357)	-	-	-	463 197
Valor Unidade participação	11,4833	10,2973	9,9456	-	-	-	11,5334

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação no último dia de cada trimestre foram os seguintes:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2025	31/12/2025	11,5334	5 342 248	463 197
	30/09/2025	11,3980	5 121 078	449 298
	30/06/2025	11,0478	4 974 726	450 291
	31/03/2025	10,8744	4 842 621	445 321
Ano 2024	31/12/2024	11,4833	5 009 941	436 282
	30/09/2024	11,2877	4 609 475	408 364
	30/06/2024	11,1661	3 745 011	335 390
	31/03/2024	10,9646	3 142 003	286 560
Ano 2023	31/12/2023	10,2854	2 499 120	242 977
	30/09/2023	9,6196	2 371 398	246 516
	30/06/2023	9,9705	2 365 241	237 223
	31/03/2023	9,7073	2 250 362	231 822

Em 31 de dezembro de 2025, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	Nº participantes
UPS >= 25%	-
10% <= Ups < 25%	-
5% <= Ups < 10%	1
2% <= Ups < 5%	1
0.5% <= Ups < 2%	50
Ups < 0.5%	399
TOTAL	451

2. VOLUME DE TRANSAÇÕES

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as transações de valores mobiliários efetuadas pelo OIC tiveram a seguinte composição:

Descrição	Compras (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Bolsa	Fora de bolsa	Bolsa	Fora de bolsa	Bolsa	Fora de bolsa
Dívida pública	232 421	-	116 706	-	349 128	-
Fundos Públicos e Equiparados	50 515	-	-	-	50 515	-
Obrigações Diversas	703 286	-	911 860	-	1 615 146	-
Ações	594 994	-	620 698	-	1 215 692	-
Contratos de futuros	282 232	-	413 258	-	695 490	-
Direitos	-	-	-	-	-	-
Unidades de Participação	14 173	226 019	7 475	75 829	21 648	301 848
Outros ativos	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1 877 621	226 019	2 069 998	75 829	3 947 619	301 848

(Valores em Euro)

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)						
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros Corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
- Obrigações diversas						
BN.MERCEDES-BENZ INT FINCE 3.5% 30.05.26	151 629	-	(927)	150 701	-	150 701
BN.NIDEC CORP 0.046% 30.03.26 CALL	98 713	-	(713)	98 000	-	98 000
BN.ASN BANK NV 0.25% 22.06.26 CALL	98 276	744	-	99 020	-	99 020
BN.AYVENS BANK NV 0.25% 07.09.26	98 347	300	-	98 647	-	98 647
BN.INTESA SANPAOLO SPA 4% 19.05.26	101 619	-	(1 001)	100 618	-	100 618
	548 584	1 044	(2 641)	546 986	-	546 986
- Títulos dívida Pública						
LT.AUSTRIAN T-BILL 0% 26.03.26	99 503	80	-	99 583	-	99 583
BN.BELGIUM KINGDOM 1.25% 22.04.33	35 452	-	(3)	35 448	-	35 448
BN.BUONI POLIENNALI DEL TES 4% 30.04.35	20 970	31	-	21 001	-	21 001
BN.BUONI POLIENNALI DEL TES 4% 30.10.31	21 223	-	(52)	21 171	-	21 171
	177 147	111	(56)	177 202	-	177 202
- Out.Fundos Públicos Equiparados						
BN.EUROPEAN UNION 2.75% 04.02.33	49 728	-	(120)	49 608	-	49 608
	49 728	-	(120)	49 608	-	49 608
- Ações						
AC.KBC GROUP NV	45 231	34 201	-	79 433	-	79 433
AC.NOVONESIS (NOVOZYMES) B	35 709	-	(1)	35 708	-	35 708
AC.VESTAS WIND SYSTEMS A/S	69 864	23 651	-	93 515	-	93 515
AC.NOVO NORDISK A/S-B	71 442	-	(26 371)	45 071	-	45 071
AC.EDP RENOVAVEIS SA	55 866	-	(10 993)	44 873	-	44 873
AC.INDUSTRIA DE DISENO TEXTIL	42 769	21 064	-	63 833	-	63 833
AC.HERMES INTERNATIONAL	50 197	4 975	-	55 172	-	55 172
AC.L'OREAL	51 934	3 056	-	54 990	-	54 990
AC.SCHNEIDER ELECTRIC SE	55 112	17 003	-	72 114	-	72 114
AC.BNP PARIBAS	51 427	2 945	-	54 372	-	54 372
AC.LEGRAND SA	45 873	20 806	-	66 679	-	66 679
AC.DASSAULT SYSTEMES SE	38 811	-	(13 088)	25 723	-	25 723
AC.ACCENTURE PLC-CL A	49 780	-	(12 104)	37 676	-	37 676
AC.TRANE TECHNOLOGIES PLC	37 270	8 772	-	46 042	-	46 042
AC.ENEL SPA	53 316	2 698	-	56 014	-	56 014
AC.ASM INTERNATIONAL NV	48 832	-	(2 248)	46 584	-	46 584
AC.ASML HOLDING NV	49 582	18 602	-	68 184	-	68 184
	853 014	157 773	(64 804)	945 983	-	945 983

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros Corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
- Ações						
AC.ZURICH INSURANCE GROUP AG	50 662	14 597	-	65 259	-	65 259
AC.NOVARTIS AG-REG	48 985	12 087	-	61 072	-	61 072
AC.ROCHE HOLDING AG-GENUSSCHEIN	51 641	14 253	-	65 894	-	65 894
AC.ABB LTD-REG	52 359	668	-	53 027	-	53 027
AC.PARTNERS GROUP HOLDING AG	67 966	-	(19 447)	48 519	-	48 519
AC.RELX PLC	52 995	857	-	53 852	-	53 852
AC.AUTO TRADER GROUP PLC	46 725	-	(12 183)	34 542	-	34 542
AC.MIZUHO FINANCIAL GROUP INC	35 251	29 617	-	64 868	-	64 868
AC.ADOBE INC	38 878	-	(7 900)	30 978	-	30 978
AC.AMERICAN WATER WORKS CO INC	30 597	-	(2 942)	27 655	-	27 655
AC.APPLIED MATERIALS INC	39 634	22 700	-	62 334	-	62 334
AC.AUTODESK INC	47 046	12 660	-	59 706	-	59 706
AC.AUTOMATIC DATA PROCESSING	44 489	1 047	-	45 535	-	45 535
AC.BOOKING HOLDINGS INC	43 075	16 176	-	59 250	-	59 250
AC.BROADCOM INC	56 346	-	(1 265)	55 081	-	55 081
AC.CADENCE DESIGN SYS INC	48 953	1 326	-	50 279	-	50 279
AC.CISCO SYSTEMS INC	41 995	23 300	-	65 295	-	65 295
AC.COGNIZANT TECH SOLUTIONS-A	38 666	7 461	-	46 127	-	46 127
AC.DEERE & CO	38 675	6 099	-	44 774	-	44 774
AC.DONALDSON CO INC	44 084	13 790	-	57 874	-	57 874
AC.EQUINIX INC REIT	40 212	867	-	41 079	-	41 079
AC.FERGUSON ENTERPRISES INC	44 049	1 254	-	45 303	-	45 303
AC.FIRST SOLAR INC	42 914	15 779	-	58 693	-	58 693
AC.FORTINET INC	52 431	-	(2 893)	49 538	-	49 538
AC.HOME DEPOT INC	42 858	1 362	-	44 221	-	44 221
AC.IDEXX LABORATORIES INC	40 121	12 274	-	52 395	-	52 395
AC.JPMORGAN CHASE & CO	42 093	16 866	-	58 959	-	58 959
AC.JOHNSON & JOHNSON	50 748	19 526	-	70 275	-	70 275
AC.KLA CORP	40 220	-	(924)	39 296	-	39 296
AC.LENNOX INTERNATIONAL INC	51 500	-	(11 001)	40 499	-	40 499
AC.ELI LILLY & CO	38 942	25 996	-	64 938	-	64 938
AC.MASTERCARD INC - A	44 749	17 441	-	62 189	-	62 189
AC.METTLER-TOLEDO INTERNATIONAL	33 767	-	(544)	33 223	-	33 223
AC.MICROSOFT CORP	48 008	19 493	-	67 501	-	67 501
AC.MONOLITHIC POWER SYSTEMS INC	55 437	-	(3 755)	51 682	-	51 682
AC.MOODY'S CORP	48 559	12 743	-	61 302	-	61 302
AC.MORGAN STANLEY	43 133	36 491	-	79 624	-	79 624
AC.MOTOROLA SOLUTIONS INC	44 257	1 416	-	45 672	-	45 672
AC.NEXTPOWER INC-CL A	27 475	26 867	-	54 342	-	54 342
AC.NVIDIA CORP	36 733	34 534	-	71 267	-	71 267
AC.ORACLE CORP	50 252	-	(6 957)	43 295	-	43 295
AC.OTIS WORLDWIDE CORP	51 799	-	(1 396)	50 403	-	50 403
AC.PAYCHEX INC	42 572	-	(9 634)	32 938	-	32 938
AC.REPUBLIC SERVICES INC	40 380	-	(519)	39 861	-	39 861
AC.SHERWIN-WILLIAMS CO/THE	40 376	5 677	-	46 054	-	46 054
AC.TESLA INC	38 184	32 623	-	70 807	-	70 807
AC.TOPBUILD CORP	47 229	6 384	-	53 613	-	53 613
AC.VERTEX PHARMACEUTICALS INC	51 091	7 556	-	58 647	-	58 647
AC.VISA INC-CLASS A SHARES	46 379	16 302	-	62 680	-	62 680
AC.WASTE MANAGEMENT INC	44 439	7 918	-	52 356	-	52 356
AC.XYLEM INC	52 471	9 650	-	62 121	-	62 121
AC.ZOETIS INC	47 308	-	(11 865)	35 444	-	35 444
AC.INFOSYS LTD-SP ADR	34 141	-	(2 201)	31 940	-	31 940
	2 373 847	505 656	(95 424)	2 784 079	-	2 784 079
2. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliados em Portugal</i>						
BPI IMPACTO CLIMA - OBRIGAÇÕES CLASE M	733 677	41 709	-	775 386	-	775 386
	733 677	41 709	-	775 386	-	775 386
TOTAL	4 735 996	706 293	(163 044)	5 279 245	-	5 279 245

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi o seguinte:

Descrição	(Valores em Euro)			
	31.12.2024	Aumentos	Reduções	31.12.2025
Depósitos à ordem	269 104	5 584 074	5 793 195	59 983
TOTAL	269 104	5 584 074	5 793 195	59 983

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Os juros corridos relativos a títulos adquiridos são registados na rubrica “Juros e custos equiparados”, atendendo a que a periodificação dos juros a receber é efetuada desde o início do exercício de contagem de juros dos respetivos títulos.

b) Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas na data da transação pelo seu valor efetivo de aquisição.

Os valores mobiliários em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível de mercado, de acordo com as seguintes regras:

- i) Os ativos da carteira do OIC são valorizados diariamente a preços de mercado, de acordo com as regras referidas nas alíneas seguintes. O momento de referência da valorização ocorre pelas 17

horas de Lisboa para a generalidade dos instrumentos financeiros (valores mobiliários, mercado monetário, exchange-traded fund (ETF's) e derivados) e pelas 22 horas de Lisboa para unidades de participação, ações, ETFs, instrumentos financeiros derivados sob ações e/ou índices de ações admitidos à negociação no continente americano.

No que respeita à valorização de títulos de dívida, se em casos excecionais não for possível obter preços pelas 17 horas de Lisboa, será considerado o preço divulgado posteriormente o mais próximo possível daquele momento de referência;

ii) Os valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados são valorizados diariamente, com base na última cotação disponível no momento de referência. Caso não exista cotação nesse dia, ou as cotações não sejam consideradas pela Sociedade Gestora como representativas do seu presumível valor de realização, utiliza-se a última cotação de fecho disponível, desde que se tenha verificado nos 15 dias anteriores;

iii) Os valores mobiliários não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados, são valorizados com base em valores de oferta de compra, difundidos por um "market maker" da sua escolha, disponibilizados para o momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC;

iv) Os valores representativos de dívida não admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados diariamente com base na cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflita o seu presumível valor de realização. Essa cotação é procurada em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o Financial Times Interactive Data, o ISMA – International Securities Market Association, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de "market makers" da escolha da Sociedade Gestora, ou através de modelos teóricos de avaliação de obrigações;

v) As unidades de participação em fundos de investimento são registadas ao custo de aquisição e valorizadas com base no último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação;

vi) Os outros valores representativos de dívida, incluindo papel comercial, na falta de preços de mercado, são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação;

vii) As mais e menos-valias apuradas de acordo com os critérios de valorização descritos anteriormente, são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício nas rubricas "Ganhos ou Perdas em operações financeiras", por contrapartida das rubricas "Mais-valias" e "Menos-valias" do ativo.

c) Valorização das unidades de participação

O valor de cada unidade de participação é calculado dividindo o valor do capital do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O capital do OIC corresponde ao somatório das rubricas unidades de participação, variações patrimoniais, resultados transitados e resultado líquido do exercício.

A rubrica "Variações patrimoniais" resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate e o valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate. A diferença apurada é repartida entre a fração imputável a exercícios anteriores e a parte atribuível ao exercício.

d) Comissão de subscrição

O OIC está isento de comissão de subscrição.

e) Comissão de resgate

O OIC está isento de comissão de resgate.

f) Comissão de gestão

A comissão de gestão corresponde à remuneração da Sociedade responsável pela gestão do património do OIC. De acordo com o regulamento de gestão do OIC, esta comissão apresenta uma componente fixa calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual de 1,600% ao capital do OIC, sendo a sua liquidação efetuada mensalmente. Este custo é registado na rubrica "Comissões e taxas".

g) Comissão de depósito

A comissão de depósito corresponde à remuneração do banco depositário. De acordo com o regulamento de gestão do OIC, esta comissão é calculada diariamente por aplicação de uma taxa anual de 0,090% ao capital do OIC, sendo a sua liquidação efetuada mensalmente. Este custo é registado na rubrica "Comissões e taxas".

h) Taxa de supervisão

A taxa de supervisão devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários constitui um encargo do OIC, sendo calculada por aplicação de uma taxa sobre o valor global do OIC no final de cada mês e registada na rubrica “Comissões e taxas”.

A taxa mensal aplicável ao OIC é de 0,012 ‰, com um limite mensal mínimo e máximo de 100 Euros e 12.500 Euros, respetivamente.

i) Operações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base no câmbio indicativo para as operações à vista (“fixing”) divulgado pelo Banco de Portugal na data de encerramento do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação cambial são registados como proveitos e custos do exercício, respetivamente.

Os contratos de fixação de câmbio são reavaliados com base nas taxas de juro em vigor para as diferentes moedas e prazos residuais das operações, sendo as mais e menos valias apuradas registadas na demonstração dos resultados do exercício em “Ganhos ou Perdas em operações financeiras – Em operações extrapatrimoniais”, por contrapartida de “Acréscimos e diferimentos”, do ativo ou do passivo.

j) Impostos

O Fundo é tributado em IRC, à taxa geral prevista no Código do IRC (fixada em 20% para 2025), encontrando-se isento de derrama municipal e estadual. O lucro tributável do Fundo corresponde ao resultado líquido do exercício, apurado de acordo com as normas contabilísticas legalmente aplicáveis, não sendo, em regra, considerados os rendimentos de capitais, prediais e mais-valias, os gastos ligados aqueles rendimentos ou previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC, bem como os rendimentos, incluindo os descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para o Fundo.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício de tributação são deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, dos períodos de tributação posteriores, aplicando-se o disposto no n.º 2 do artigo 52.º do Código do IRC.

O Fundo encontra-se sujeito a tributação autónoma às taxas previstas no Código do IRC.

O Fundo encontra-se também sujeito, com as necessárias adaptações, às obrigações previstas nos artigos 117.º a 123.º, 125.º, 128.º e 130.º do Código do IRC. (e.g. declaração Modelo 22 do IRC, IES, documentação fiscal, organização e centralização da contabilidade).

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre, relativamente aos Fundos que invistam exclusivamente em instrumentos de mercado monetário e depósitos bancários e à taxa de 0,0125%, por trimestre, para os restantes. Adicionalmente, a partir de 01 de janeiro de 2019, as comissões de depósito e as comissões de gestão passaram a ser tributados à taxa de 4%.

5. COMPONENTES DO RESULTADO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as componentes do resultado do OIC têm a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Descrição	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efetivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros corridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Obrigações	2 817	6 614	9 431	-	-	-
Ações	160 228	2 679 935	2 840 163	-	-	-
Unidades de participação	-	58 198	58 198	-	-	-
Outros Instrumentos de Dívida	-	511	511	-	-	-
Direitos	-	1	1	-	-	-
Outros Títulos de Capital	-	-	-	-	-	-
Depósitos	-	-	-	-	6	6
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cambiais						
Spots	-	27 032	27 032	-	-	-
Futuros	-	27 114	27 114	-	-	-
Taxa de juro	-	-	-	-	-	-
Futuros	-	-	-	-	-	-
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	80 890	-	80 890
de Depósito	-	-	-	4 582	-	4 582
Taxa de Supervisão	-	-	-	1 200	-	1 200
Outras Comissões	-	-	-	710	-	710
de Operações Extrapatrimoniais	-	-	-	32	-	32
TOTAL	163 044	2 799 404	2 962 448	87 414	6	87 419

(Valores em Euro)

Descrição	Ganhos de Capital			Ganhos de juros		Rendimentos de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efetivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros corridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Obrigações	1 155	12 873	14 028	-	12 269	53 480	65 749
Ações	663 429	2 195 224	2 858 654	-	-	-	-
Unidades de participação	41 709	25 318	67 027	-	(934)	-	(934)
Outros Instrumentos de Dívida	-	1 201	1 201	-	-	-	-
Direitos	-	13 550	13 550	-	-	-	-
Outros Títulos de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos	-	-	-	-	677	-	677
OPERAÇÕES A PRAZO							
Cambiais							
Spots	-	26 111	26 111	-	-	-	-
Futuros	-	-	-	-	-	-	-
Taxa de juro							
Futuros	-	44 981	44 981	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES							
Comissões de subscrição/resgate	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	706 293	2 319 258	3 025 551	-	12 012	53 480	65 492

9. IMPOSTOS E TAXAS

Os montantes registados nesta rubrica apresentam a seguinte composição de acordo com o tipo de rendimento gerador da tributação:

(Valores em Euro)

Descritivo	31.12.2025	31.12.2024
Impostos diretos:		
Outros rendimentos de capitais	8 023	4 311
TOTAL	8 023	4 311
Impostos indiretos:		
Impostos do selo	14	31
Impostos do selo - VLGF	2 776	1 938
Impostos do selo - Comissão de Gestão	2 646	2 414
Impostos do selo - Comissão Depósito	183	136
Impostos do selo - Comissão Research	16	13
TOTAL	5 636	4 532

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2025, as posições cambiais mantidas pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

	À Vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a prazo	
USD	2 362 060	-	-	-	-	-	2 362 060
CHF	252 981	-	-	-	-	-	252 981
JPY	6 489 348	-	-	-	-	-	6 489 348
DKK	1 322 110	-	-	-	-	-	1 322 110
GBP	125 452	-	-	-	-	-	125 452
Contravalor Euro	2 637 912	-	-	-	-	-	2 637 912

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	357 281	-	-	-	-	357 281
de 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	-
de 3 a 5 anos	-	-	-	-	-	-
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	418 178	-	-	-	-	418 178

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

(valores em Euro)

AÇÕES E VALORES SIMILARES	MONTANTE (Euros)	EXTRA-PATRIMONIAIS		SALDO
		Futuros	Opções	
Ações	3 730 062	62 730	-	3 792 792
Unidades de participação	775 386	-	-	775 386

14. PERDAS POTENCIAIS EM PRODUTOS DERIVADOS

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada no VaR, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 44º do Regulamento nº 7/2023, à exposição global a instrumentos financeiros derivados, considerando para o efeito os pressupostos previstos no mesmo artigo.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Perda Potencial no Início do Exercício		Perda Potencial no Final do Exercício	
	Valor Sujeito a Risco	Valor sujeito a risco (% VLGF)	Valor Sujeito a Risco	Valor sujeito a risco (% VLGF)
Carteira com Derivados	299 584	5,98%	494 059	9,93%
Carteira sem Derivados	299 584	5,98%	494 059	9,93%

Para efeitos da exposição global a derivados, o OIC adota a abordagem baseada no VaR absoluto por ser a abordagem mais consistente em termos de limitar a perda máxima esperada.

O sistema de cálculo do VaR recorre às volatilidades e correlações apurados historicamente para os diferentes títulos e preços nos últimos 365 dias, disponibilizando automaticamente o VaR de cada carteira para os próximos 30 dias, com um intervalo de confiança de 99%.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)		
Custos	Valor	%VLGF
Comissão de Gestão		
<i>Componente Fixa</i>	80 890	1,63%
Comissão de Depósito	4 582	0,09%
Taxa de Supervisão	1 200	0,02%
Outras comissões	742	0,01%
Custos de Auditoria	1 241	0,02%
Custos Research	316	0,01%
Outros custos correntes	1 730	0,03%
Total	90 700	
Taxa de Encargos correntes		1,82%

De acordo com o artigo 69.º do Regulamento da CMVM n.º 3/2020, a taxa de encargos correntes de um organismo de investimento coletivo consiste no quociente entre a soma da comissão de gestão fixa, comissão de depósito, taxa de supervisão, custos de auditoria e outros custos correntes de um organismo de investimento coletivo, num dado período, e o seu valor líquido global médio nesse mesmo período. Adicionalmente, o cálculo da taxa de encargos correntes de um Fundo que preveja investir mais de 30% do seu valor líquido global noutros fundos inclui as taxas de encargos correntes dos fundos em que invista. Por outro lado, a taxa de encargos correntes não inclui os seguintes encargos: (i) componente variável da comissão de gestão; (ii) custos de transação não associados à aquisição, resgate ou transferência de unidades de participação; (iii) juros suportados; e (iv) custos relacionados

com a detenção de instrumentos financeiros derivados.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

Contas de Terceiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 as rubricas de terceiros têm a seguinte composição:

	(valores em Euro)	
	31.12.2025	31.12.2024
<u>Terceiros Ativo</u>		
Devedores		
<i>Margem Inicial</i>	3 254	2 964
<i>Devedores por Vendas</i>	-	-
<i>Outros Devedores</i>	2 144	4 202
<i>Imposto estrangeiro para recuperar</i>	955	571
Total	6 353	7 737
<u>Terceiros Passivo</u>		
Resgates a Pagar aos Participantes	798	102
Rendimentos para pagar participantes	-	-
Comissões a Pagar		
<i>Entidade Gestora</i>	7 207	6 767
<i>Entidade Depositária</i>	405	381
<i>Entidade Colocadora</i>	-	-
<i>Taxas de despesas CMVM</i>	100	200
<i>Despesas de auditoria</i>	628	586
<i>Despesas de research</i>	316	-
<i>Despesas EMIR</i>	-	1
<i>Despesas Sostenibilidad</i>	513	110
Outras Contas de Credores		
<i>Imposto Selo</i>	115	286
Credores por compras	-	1
Outros credores	-	-
Total	10 082	8 434

6. RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em euros)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do BPI Impacto Clima Agressivo - Fundo de Investimento Aberto Flexível (“Fundo”), gerido pela BPI Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (“BPI Gestão de Ativos” ou “Sociedade Gestora”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total do ativo de 5.353.285 euros e um valor do Fundo de 5.342.248 euros, incluindo um resultado líquido de 25.133 euros), as demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do BPI Impacto Clima Agressivo - Fundo de Investimento Aberto Flexível em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

PA



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Outras matérias

O balanço e as demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa do Fundo em 31 de dezembro de 2024 são apresentados de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. As demonstrações financeiras do Fundo em 31 de dezembro de 2024 foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cujo Relatório de Auditoria, datado de 14 de março de 2025, não continha reservas ou ênfases.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização da Sociedade Gestora pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Fundo se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

PA

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão da Sociedade Gestora do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Sociedade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos.

PA

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação financeira nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento do Fundo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do Fundo.

Sobre a matéria indicada não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 23 de março de 2026



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC
Registo na OROC n.º 1610
Registo na CMVM n.º 20161220

7. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

ANEXO

Modelo de divulgação periódica para os produtos financeiros referidos no artigo 9.º, n.os 1 a 4-A, do Regulamento (UE) 2019/2088 e no artigo 5.º, primeiro parágrafo, do Regulamento (UE) 2020/852

Nome do produto: BPI Impacto Clima - Agressivo - Fundo De Investimento Aberto Flexível

Identificador de entidade jurídica: 549300SUVKFVH7V7Y640

Objetivo de investimento sustentável

Este produto financeiro prosseguiu um objetivo de investimento sustentável?	
☒ Sim	☐ Não
☒ Realizou investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental: 80% ☐ em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE ☒ em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE ☐ Realizou investimentos sustentáveis com um objetivo social : ____%	☐ Promoveu características ambientais/sociais (A/S) e, embora não tivesse como objetivo um investimento sustentável, dedicou uma proporção de ____% a investimentos sustentáveis ☐ com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE ☐ em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE ☐ com um objetivo social ☐ Promoveu características (A/S), mas não realizou qualquer investimento sustentável

Por «investimento sustentável», deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente qualquer objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A taxonomia da UE é um sistema de classificação, previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.



Em que medida foi alcançado o objetivo de investimento sustentável visado por este produto financeiro?

O investimento em ativos considerados, pela Sociedade Gestora, como investimentos sustentáveis foi maioritário na carteira. Como objetivo, o fundo procurou deter, em média, um valor próximo ou superior a 80% do valor líquido global do fundo (VLGF) em investimentos sustentáveis, sendo que ocasionalmente esse valor pôde ser inferior até um mínimo de 2/3 do VLGF (excecionando-se um período inicial de lançamento, durante os primeiros 6 meses). Esse mínimo de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental pôde ser realizado em atividades económicas que podiam ou não estar qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental sob a taxonomia da UE, sem que existisse um compromisso mínimo em cada uma das categorias.

Tendo como objetivo investimento sustentáveis, na aceção do Artigo 9º do Regulamento (EU) 2019/2088, o OIC incluiu investimentos relacionados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em particular os relacionados com a ações climática. Tratam-se de

objetivos que, de forma geral, se baseiam na adoção de medidas para combater as alterações climáticas e os seus impactos, como se detalha no site da ONU: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/sustainable-development-goals/>.

Quando se menciona que o Fundo tem como objetivo investimentos sustentáveis, significa que o objetivo do Fundo é o investimento em entidades cuja atividade, na avaliação da Sociedade Gestora, possa contribuir direta ou indiretamente para a mitigação dos principais problemas ambientais identificados nos ODS, em particular os relacionados com a ação climática. Isto significa que tratam de investimentos de impacto. Dessa forma, para cumprir com o objetivo de investimento sustentável deste produto financeiro, realizaram-se investimentos principalmente em ações de empresas alinhadas com os ODS e instrumentos de dívida, em especial obrigações verdes (green bonds) e sustentáveis (sustainable ou sustainability-linked).

Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?

Os indicadores de promoção utilizados para avaliar o cumprimento das características ambientais e/ou sociais apresentaram o seguinte desempenho:

Os indicadores de sustentabilidade medem a forma como são alcançados os objetivos sustentabilidade deste produto financeiro.

Indicadores	Percentagem	Cobertura
Investimentos Sustentáveis	98,82%	100,00%
Investimentos alinhados com o ODS 13 - Ação Climática	62,40%	100,00%
Investimentos alinhados com o ODS 12 - Produção e Consumo Sustentáveis	41,40%	100,00%
Investimentos alinhados com o ODS 7 - Energias Renováveis e Acessíveis	59,98%	100,00%
Soluções Climáticas Ações	18,14%	100,00%
Obrigações ESG	14,48%	100,00%
Avaliação Global de Governance	Favorável	100,00%
Ativos Sob Vigilância Reforçada de Governance	-	100,00%
Exposição a Armas Convencionais	-	100,00%
Exposição a Carvão Térmico	-	100,00%
Exposição a Areias Betuminosas	-	100,00%
Exposição a Armas Controversas	-	100,00%
Exposição a Incump. Global Compact	-	100,00%
Exposição a Incump. Direitos Humanos	-	100,00%

Principais Impactos Negativos:

Indicadores aplicáveis aos investimentos em empresas beneficiárias do investimento		Métrica	Cobertura
Indicadores sobre o clima e outros indicadores relacionados com o ambiente			
Emissões de gases com efeito estufa	1. Total das emissões de GEE	830,763	99,84%
	2. Pegada de carbono	171,468	99,84%
	3. Intensidade de emissão de GEE das empresas beneficiárias do investimento	532,536	100,00%
	4. Exposição a empresas que operam no setor dos combustíveis fósseis (%)	2,59%	100,00%
	5. Quota-parte do consumo e produção de energias não renováveis	56,76%	97,80%
Biodiversidade	6. Intensidade do consumo de energia por setor com elevado impacto climático	0,179	99,00%
	7. Atividades com impacto negativo em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade	0,097	100,00%
Água	8. Emissões para o meio aquático	0,001	12,08%
Resíduos	9. Rácio de resíduos perigosos e de resíduos radioativos	0,164	92,88%
Indicadores relacionados com as questões sociais e laborais, o respeito pelos direitos humanos e a luta contra a corrupção e o suborno			
Questões sociais e laborais	10. Violações dos princípios UN Global Compact e das Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para as Empresas Multinacionais	0,00%	100,00%
	11. Falta de processos e mecanismos de controlo da conformidade com os princípios UNGC ou com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais	0,48%	100,00%
	12. Disparidades salariais entre homens e mulheres não ajustadas	13,71%	90,96%
	13. Diversidade de género nos conselhos de administração (%)	38,81%	99,22%
	14. Exposição a armas controversas (minas antipessoais, munições de fragmentação, armas químicas e armas biológicas)	0,00%	100,00%
Indicadores aplicáveis aos investimentos em organizações soberanas e supranacionais			
Ambientais	15. Intensidade de emissão de GEE	175,849	100,00%
Sociais	16. Países beneficiários do investimento sujeitos a violações de cariz social	0	70,81%

● **... e em relação a períodos anteriores?**

Relativamente ao período de referência anterior, os indicadores de promoção apresentaram o seguinte desempenho:

Indicadores	2025	2024	Var.
Investimentos Sustentáveis	98,82%	94,65%	4,17%
Investimentos alinhados com o ODS 13 - Ação Climática	62,40%	65,27%	-2,87%
Investimentos alinhados com o ODS 12 - Produção e Consumo Sustentáveis	41,40%	37,98%	3,42%
Investimentos alinhados com o ODS 7 - Energias Renováveis e Acessíveis	59,98%	51,71%	8,28%
Soluções Climáticas Ações	18,14%	14,14%	4,00%
Obrigações ESG	14,48%	11,76%	2,73%
Avaliação Global de Governance	Favorável	Favorável	-
Ativos Sob Vigilância Reforçada de Governance	-	-	-
Exposição a Armas Convencionais	-	-	-
Exposição a Carvão Térmico	-	-	-
Exposição a Areias Betuminosas	-	-	-
Exposição a Armas Controversas	-	-	-
Exposição a Incump. Global Compact	-	-	-
Exposição a Incump. Direitos Humanos	-	-	-

Por que razão é que os investimentos sustentáveis não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável?

Nos investimentos sustentáveis, foram analisadas todas as posições com vista a que estas não se revelassem prejudiciais a quaisquer outros objetivos ambientais ou sociais de acordo com a análise realizada pela Sociedade Gestora, através do acompanhamento de indicadores ambientais e sociais, procurando assegurar o cumprimento do princípio de "não prejudicar significativamente" ("do no significant harm", DNSH). Neste sentido, o Fundo procurou investir em entidades que cumprissem as legislações aplicáveis e que tivessem bons padrões de governance. Adicionalmente, foi aplicada uma estratégia que contemplou:

- Critérios de exclusão: de acordo com as políticas definidas ou adotadas pela BPI Gestão de Ativos, procurou-se não investir em determinadas atividades controversas. No caso concreto deste fundo, aplicaram-se critérios de exclusão reforçados.
- Critérios de alinhamento com os principais tratados internacionais: da mesma forma, a Sociedade Gestora restringiu o investimento em empresas que não cumpriram os principais tratados internacionais como o Pacto Global das Nações Unidas.
- Análise de controvérsias: a Sociedade Gestora restringiu o investimento nas empresas envolvidas em controvérsias que afetaram o campo da sustentabilidade classificadas como muito graves. Controvérsias são eventos extraordinários que podem afetar empresas. Para identificação das mesmas, foram utilizados fornecedores externos especializados.

Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Entendemos por impactos negativos aqueles impactos que podem ter efeitos negativos nos fatores de sustentabilidade. Este produto teve em consideração os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade de acordo com a Declaração de Diligência Devida publicada no site da sociedade gestora:

<https://www.bancobpi.pt/bpigestaodeativos/isr/integracao-esg>

O processo de identificação dos principais impactos negativos esteve diretamente relacionado com os processos de tomada de decisões de investimento. Primeiramente, os fatores de sustentabilidade relevantes foram identificados por geografia, indústria, setor ou empresa. Para tal, a BPI Gestão de Ativos utilizou diferentes análises de materialidade desenvolvidas por organizações de referência, e

A lista inclui os investimentos que constituem a maior parte dos investimentos assegurados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 01/01/2024 - 31/12/2024

conta com o apoio de fornecedores especializados em análises ESG, bem como de fontes públicas de informação. Os indicadores materiais que integrarão o processo de construção das diferentes carteiras foram identificados através da seleção e alocação dos diferentes ativos de acordo com os procedimentos implementados pela Sociedade Gestora.

Na sua atividade de gestão, a BPI Gestão de Ativos efetuou análises e o acompanhamento dos impactos negativos para a sustentabilidade proveniente dos investimentos realizados nas diversas carteiras, publicando os indicadores dos principais impactos negativos considerados pela Sociedade Gestora (“PINS”), de acordo com o formato e conteúdo exigidos pela regulação em vigor a cada momento, e aplicando os procedimentos de diligência devida descritos anteriormente.

Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:

Os investimentos sustentáveis estiveram alinhados com as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e com os princípios e os direitos estabelecidos nas oito convenções fundamentais identificadas na Declaração Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e na Carta Internacional dos Direitos Humanos. Nos seus processos de análise e gestão, a Sociedade Gestora teve em consideração diversas políticas em aspetos de integração dos riscos em matéria de sustentabilidade, tais como as Políticas de Integração de Riscos em Matérias de Sustentabilidade, o Código de Conduta, a Política de Envolvimento (que trata os aspetos relativos ao exercício de direito de voto) e a Política Corporativa de Direitos Humanos do CaixaBank, à qual a BPI Gestão de Ativos aderiu.



De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Sem prejuízo do que foi anteriormente referido sobre os principais impactos negativos, este produto teve em consideração os principais impactos negativos em fatores de sustentabilidade.

Especificamente, a identificação dos principais impactos negativos para este Fundo foi feita por meio do acompanhamento de uma série de indicadores ambientais e sociais.

Tratam-se, por exemplo, de indicadores relacionados com a exposição a armas controversas ou com a violação dos princípios do Pacto Global das Nações Unidas, que permitiram alertar para os efeitos negativos que os investimentos realizados neste produto podiam causar.

Quando detetado algum impacto negativo decorrente dos investimentos efetuados por este Fundo, a Sociedade Gestora adotou as medidas que entendeu necessárias para abordar o assunto, como por exemplo, alterou a sua posição como investidor numa determinada entidade.



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

A alocação dos ativos descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.

Investimentos mais avultados	Setor	% de Ativos	País
BPI IMPACTO CLIMA - OBRIGAÇÕES CLASE M	Funds/ETFs	11,26%	Global
MERCEDES-BENZ INT FINCE 3.5% 30.05.26	Consumer Discretionary	2,96%	Germany
VESTAS WIND SYSTEMS A/S 4.125% 15.06.26 CALL	Utilities	2,86%	Denmark
CTP NV 2.125 % 01/10/25	Financials	2,01%	Netherlands
ERG SPA-1.875%-11.04.2025	Energy	2,00%	Italy
HYPO NOE LB WIEN AG 1.375% 14/04/25	Financials	1,99%	Austria
INMOBILIARIA COLONIAL 1.625% 28/11/25	Financials	1,99%	Spain
CREDIT AGRICOLE SA 0.375% 21/10/25	Financials	1,98%	France
ENEL FINANCE 0.5 % 17/11/2025	Utilities	1,97%	Netherlands

AYVENS BANK NV 0.25% 23.02.26

Financials

1,95%

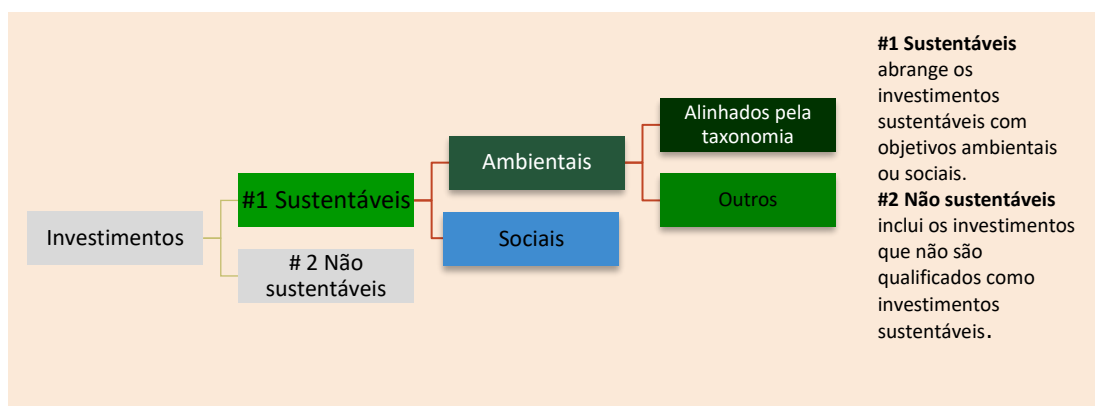
Netherlands



Qual foi a proporção dos investimentos relacionados com a sustentabilidade?

A proporção dos investimentos relacionados com a sustentabilidade foi no dia 31/12/2025: **98.82%**.

Qual foi a alocação dos ativos?



O fundo procurou deter, em média, um valor próximo ou superior a 80% do valor líquido global do fundo (VLGF) em investimentos sustentáveis. A alocação dos ativos pode ser encontrada na tabela apresentada na pergunta “Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?”.

Em que setores económicos foram realizados os investimentos?

Os investimentos foram realizados principalmente em Ações Norte-Americanas e Europeias, Obrigações de Empresas e Governos.

Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

Este produto não estabeleceu uma proporção mínima de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE.

☐ **O produto financeiro investiu em atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear que cumpriam a taxonomia da UE¹.**

☐ Sim

☐ Gás fóssil

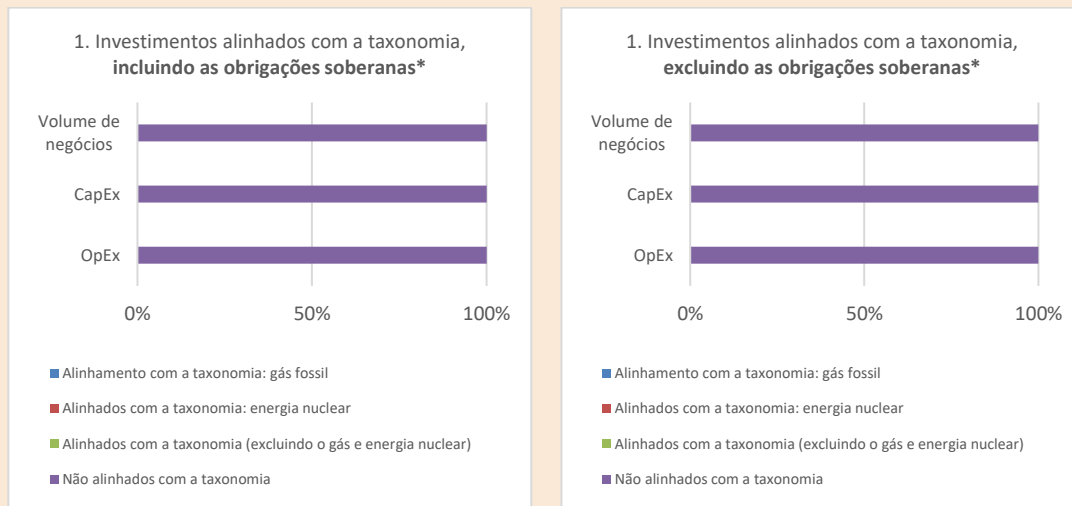
☐ Energia nuclear

☒ Não

As atividades alinhadas pela taxonomia são expressas em percentagem:

- **Volume de negócios**, refletindo a percentagem das receitas provenientes de atividades ecológicas das sociedades beneficiárias do investimento.
- **Despesas de capital (CapEx)**, demonstrando os investimentos ecológicos realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, p. ex. com vista à transição para uma economia verde.
- **Despesas operacionais (OpEx)**, refletindo as atividades operacionais ecológicas das empresas beneficiárias do investimento.

Os gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem dos investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento das obrigações soberanas com a taxonomia*, o primeiro gráfico apresenta o alinhamento da taxonomia no que diz respeito a todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo gráfico apresenta o alinhamento com a taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.



*Para efeitos destes gráficos, por «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberanas.

¹ As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da UE se contribuírem para limitar as alterações climáticas («mitigação das alterações climáticas») e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia da UE - ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumprem a taxonomia da UE são definidos no Regulamento Delegado (UE) 2022/1214 da Comissão.

Qual foi a percentagem dos investimentos em atividades de transição e capacitantes?

Este produto não estabeleceu uma proporção mínima de investimentos sustentáveis em atividades de transição e capacitantes.

Comparar a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da EU com os investimentos realizados em períodos de referência anteriores?

Este produto não estabeleceu uma proporção mínima de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

Este produto não estabeleceu uma proporção mínima de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

Este produto não estabeleceu uma proporção mínima de investimentos socialmente sustentáveis.



Que investimentos foram incluídos na categoria «não sustentáveis», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

De entre os investimentos que não foram considerados como investimentos sustentáveis, consideravam-se os instrumentos de liquidez (exceto os instrumentos de financiamento de curto prazo considerados verdes ou sustentáveis) que eram, por exemplo, utilizados na gestão eficiente das subscrições e resgates dos participantes ou os derivados utilizados, por exemplo, com a finalidade de cobertura. Tratavam-se de investimentos de carácter temporário, com uma finalidade conjuntural na carteira, sem que sua utilização afetasse negativamente o objetivo de sustentabilidade do fundo.

A liquidez foi aplicada em entidades que, na avaliação que a Sociedade Gestora conseguia efetuar, cumpriam com salvaguardas mínimas de compromissos sociais e ambientais, em particular o alinhamento com os 10 princípios do Global Compact das Nações Unidas relacionados com direitos humanos, direitos laborais, proteção do ambiente e luta contra a corrupção. Estes investimentos não prejudicavam a prossecução do objetivo porque eram temporários e transitórios e assegurava-se também que, ainda que não fossem considerados sustentáveis, não prejudicavam ou diminuam o alcance do objetivo do Fundo.

Além da exposição a investimentos sustentáveis, todas as posições dentro deste fundo foram avaliadas como não causando nenhum dano significativo a fatores ambientais ou sociais com base na análise da equipe de gestão.



são investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que **não têm em conta os critérios** aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental no âmbito da taxonomia da EU.



Que medidas foram tomadas para alcançar o objetivo de investimento sustentável durante o período de referência?

Para identificar que ativos são considerados investimentos sustentáveis, a Sociedade Gestora teve em conta a definição aplicável de investimentos sustentáveis que consta no Regulamento (EU) 2019/2088, em conjunto com o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (em particular, os relacionados com a ação climática), conforme os critérios expressos pelas Nações Unidas.

O processo de investimento assentou numa seleção de emitentes de um universo global, cuja atividade, modelo de gestão e resultados tiveram um impacto potencial positivo nos ODS relacionados com a ação climática, de acordo com critérios de materialidade (por exemplo, relevância do volume de receitas em atividades associadas com os ODS relacionados com a ação climática) e mensurabilidade (capacidade de medir os impactos).

Para a seleção dos investimentos, aplicaram-se, além de critérios financeiros, critérios ambientais, sociais e de governance. No caso da seleção de investimentos de impacto, visando a contribuição para os ODS, em particular, os relacionados com a ação climática, concretizou-se através do investimento em emitentes que estabelecessem metas climáticas ambiciosas, aumentassem a sua eficiência energética ou estivessem alinhadas com targets científicos; ou ainda em empresas com atividades, produtos ou serviços que promovessem soluções de combate às alterações climáticas, estando deste modo alinhadas com os ODS relacionados com a ação climática. Estas soluções foram, por exemplo, soluções ligadas a energias alternativas, a eficiência carbónica e energética, e edifícios verdes, a sustentabilidade hídrica, à prevenção da poluição e à agricultura sustentável.

No âmbito da Boa Governança, a Sociedade Gestora avaliou os investimentos subjacentes em empresas de acordo com os critérios de boa governança descritos no Regulamento (UE) 2019/2088 (SFDR). Estes critérios relacionam-se com os quatro pilares: estruturas de gestão sólidas, relações com os colaboradores, remuneração de pessoal e compliance fiscal. Internamente, identificam-se métrica específicas para realizar o acompanhamento do cumprimento destes pilares.

Além do referido, para potencializar o impacto obtido através da criação de valor, a Sociedade Gestora manteve um envolvimento ativo com as empresas por meio de ações de diálogo e/ou voto.



Qual foi o desempenho deste produto financeiro comparativamente ao índice de referência?

Este produto não têm um índice de referência em matérias de sustentabilidade.

● ***De que forma o índice de referência difere de um índice geral de mercado?***

Não aplicável

● ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro relativamente aos indicadores de sustentabilidade que determinam o alinhamento do índice de referência com o objetivo de investimento sustentável?***

Não aplicável

● ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro comparativamente ao índice de referência?***

Não aplicável

● ***Qual foi o desempenho deste produto financeiro comparativamente ao índice geral de mercado?***

Não aplicável

Os **índices de referência** são índices para aferir se o produto financeiro assegura a concretização das características ambientais ou sociais que promove.

